

## FORMOSO DO ARAGUAIA-TO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL, LOCAL E AGRONEGOCIO

Roberto de Souza Santos<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Esta pesquisa procura levantar uma análise teórico-crítica sobre o desenvolvimento local e regional, a partir da atividade econômica do agronegócio no município de Formoso do Araguaia-TO. No Tocantins, em alguns pontos estratégicos, a atividade econômica do agronegócio já vem atuando. O município de Formoso do Araguaia-TO, região sudoeste do estado representa um destes pontos estratégicos. Consta-se que agronegócio é uma atividade econômica altamente concentradora de renda e condiciona o fortalecimento de uma classe social. Esta classe desterritorializa os atores locais e ocasiona impactos ambientais e sociais nas regiões onde atua. A discussão teórico-metodológica baseou-se a partir da interpretação do referencial bibliográfico utilizado e de trabalho de campo. O texto é resultado de experiências nos trabalhos de pesquisas teóricas e de campo durante o pós-doutorado.

**Palavras-chave:** localização industrial; políticas territoriais; contradições sociais.

---

### Introdução

O presente artigo pretende levantar uma discussão teórico-metodológica a respeito do tema - desenvolvimento local e regional a partir da atividade econômica do agronegócio no município de Formoso do Araguaia-TO. A discussão teórico-metodológica no que diz respeito ao desenvolvimento local e regional, na área da ciência geográfica em Tocantins, ainda é incipiente. O tema em pauta é importante no debate acadêmico. Para isso, é relevante que tenha visibilidade nas pesquisas empíricas e teóricas.

Nos parágrafos introdutórios, a intenção é problematizar a noção de desenvolvimento. A noção de desenvolvimento é carregada de um conteúdo de cunho teórico e político-ideológico que representa valores sociais e culturais do mundo Ocidental. Em princípio, a expressão desenvolvimento pode significar estágios de desenvolvimento e crescimento econômico das nações. Portanto, as noções de país desenvolvido, subdesenvolvido, em desenvolvimento ou como diz, atualmente, - países emergentes, são ideias correlatas sobre a noção de desenvolvimento.

Para Lacoste (1990), há várias noções de subdesenvolvimento. Para ele, a noção de subdesenvolvimento está associada à ideia de que uma grande parte da Humanidade, sobretudo, a dos países que foram colonizados pelos europeus, vivem em extrema miséria e sofre diferentes formas de injustiças. A palavra subdesenvolvimento é utilizada para exprimir o que se denomina de - as desigualdades regionais, a situação econômica desfavorável de uma região, em relação a outras regiões no mesmo país, ou do Terceiro Mundo. O subdesenvolvimento se refere a conceitos econômicos, sociais e

---

<sup>1</sup> Professor doutor, Universidade Federal de Tocantins, robertosantos@uft.edu.br

políticos que pode caracterizar “países subdesenvolvidos”, “países capitalistas subdesenvolvidos”, “países colonizados”, “países pobres”, e os “países do Terceiro Mundo”.

Para o referido autor, o subdesenvolvimento pode ser visto como “do interior”, e sinaliza causas que parecem internas ao país, todavia, pode significar também, causas “do exterior”. No que diz respeito às causas “do exterior”, há um condicionamento e um papel primordial aos efeitos de dominação exercidos pelos países imperialistas, (1990, p. 47). Esta última visão é compartilhada pelos teóricos marxistas. O subdesenvolvimento é frequentemente apreciado sobre a base da avaliação dos produtos nacionais por habitante anualmente. Certamente, a maior parte dos países considerados como subdesenvolvidos se caracteriza por valores de PNB per capita nitidamente inferiores aos dos países considerados “desenvolvidos”. Entretanto, estes valores representam uma média da renda nacional/anual e não representa uma distribuição social real da renda.

O geógrafo Yves Lacoste, assegura que a noção de subdesenvolvimento representa uma ideia que têm objetivos e é recheada de interesses e de valores ideológicos. Isto é, [...] “A noção de subdesenvolvimento não é devida ao acaso, nem a certos caprichos universitários ou jornalísticos. Ela resulta de um fenômeno histórico, de um processo de produção e difusão das ideias onde estão emaranhadas” [...] (1990, p. 46). A ideia de subdesenvolvimento representa um procedimento político organizado pelos países mais ricos do mundo Ocidental com objetivo de construir sua geopolítica territorial. Trata-se de uma postura geopolítica em estabelecer uma política territorial de planejamento na arena internacional.

Portanto, a palavra desenvolvimento é trabalhada a partir desta racionalidade. A noção de desenvolvimento representa a ideia de progresso, de prosperidade, de crescimento econômico e, sobretudo de uma interpretação organicista-evolucionista em que as regiões, o Estado-Nação e os lugares necessariamente passam por estágios de desenvolvimento. O termo “desenvolvimento” implica em escala de valor, incorporando os ideais e aspirações pessoais e os conceitos que se estabelecem como, sendo as metas a serem atingidas por uma “sociedade justa”. Embora, haja nuances e diferenciações conforme as comunidades, pois, o que se propõe como desenvolvimento ou progresso para uma comunidade, não necessariamente é o mesmo para outra. A ideia de desenvolvimento sintetiza a universalização e a ocidentalização. Desenvolvimento é o nome síntese da ideia de dominação da natureza.

Em outras palavras, a ideologia desenvolvimentista constitui uma postura política do Estado Keynesiano em ter uma filosofia unilateral baseada no pensamento que considera o crescimento econômico e o progresso socioeconômico como fenômenos naturais e necessários à sociedade. Nas políticas neoliberais, os ideais sobre a ideologia desenvolvimentista aos poucos foi substituída pelas ideias sobre desenvolvimento local e, sobretudo por desenvolvimento sustentável. Os legítimos instituidores e portadores deste modelo de políticas de desenvolvimento são: a Organização das Nações Unidas, O Fundo Monetário Internacional, O Banco Interamericano de Desenvolvimento, A Organização Mundial

do Comércio e O [Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento](#) e atualmente os blocos internacionais de poder (blocos econômicos) que instituem políticas de desenvolvimento e de planejamento na arena global. Seus planos de desenvolvimento são estabelecidos de “cima para baixo” (de forma assimétrica) além de procurar ter o controle do sistema financeiro internacional. Estes atores procuram tabalhar a noção de desenvolvimento a partir de uma racionalidade econômica e geopolítica.

Nos parágrafos anteriores, abordou-se sobre a noção de desenvolvimento sobre a lógica de reprodução do modo de produção capitalista no espaço em uma interpretação histórico-dialética. A tarefa agora é analisar sobre a noção de desenvolvimento local e regional. Para problematizar teoricamente sobre a noção de desenvolvimento local, precisa-se antes de qualquer coisa, ter uma noção sobre lugar, local e de desenvolvimento e, sobretudo, como estes conceitos são interpretados no debate teórico atual. Quando se comenta sobre a noção de “local”, se refere à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade. Local e lugar tem noções diferentes. O lugar é essa base territorial, o cenário de representações e de práticas humanas que representam a sua singularidade; o “espaço da convivência humana”. Nesta perspectiva, pode-se dizer que o lugar é o cenário interativo dos acontecimentos, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos. Por isso, não é apenas porção e sim síntese da totalidade socioespacial. (Martins, 2002).

Certeau (1997) diz que o lugar pode se confundir com “local”, com “localização”. Assim, outra concepção é aquela que simplesmente associa lugar com escala local de ocorrência dos fenômenos. Mas associar o raciocínio de lugar somente como escala local, é uma ideia simplista. No âmbito da Geografia, lugar não é tratado como mera questão de escala, e sim em todo um contexto social de interação e significado e de contradições sociais. É interessante lembrar, que há muitas controvérsias sobre a noção de lugar, e muitos ainda o tratam mais no sentido de “espaço geométrico” ou de localização espacial, “cada coisa no seu lugar”. Certeau (1997, p. 20) lembra que cada lugar é próprio, não exatamente por ser dotado de um sentido particular, mas porque “aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define”. Em resumo, a noção de lugar é uma totalidade social enquanto a noção local (localidade) representa um aspecto ou um predicado do conceito de lugar. Na geografia lugar é uma noção de espaço.

Atualmente, a Geografia começa a reler o “lugar” a partir de sua vinculação cada vez mais indissociável com os processos da globalização. E questiona a noção de lugar como algo fechado, internamente coerente e bem estabelecido e procura entender o espaço-lugar como um lugar-encontro, o local de interseções de um conjunto particular de atividades espaciais, de conexões e inter-relações. Para Benko (1996), local e global são, com efeito, duas ordens imbricadas, essencialmente contraditórias e insuperavelmente dialéticas. Para Carlos (1996, p. 28 e 29) “O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. É no lugar que se manifesta os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o

mundo”. Segundo a referida autora, atualmente, pode-se pensar o lugar, a partir de seu envolvimento no processo de mundialização.

Doreen Massey (2000, p. 184) discute as relações local-global e propõe “uma interpretação de lugar”, não como o lugar de uma longa herança histórica e identitária, mas um lugar de relações (encontros) e múltiplas identidades. Procura definir o lugar como um espaço de conexões, “momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais” em escalas mais amplas, ou seja, na articulação permanente entre os níveis local e global.

Cada vez mais o espaço se constitui numa articulação entre o local e o mundial. O lugar se apresenta como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. O lugar representa e fixa relações e práticas sociais produzindo uma identidade complexa, que diz respeito ao mesmo tempo, ao local e ao global (Carlos, 1996). Por um lado, o lugar é uma força que se mobiliza de dentro para fora (força centrífuga). Para o geógrafo M. Santos (1996), o lugar é onde as ações territorializam. O lugar é o cotidiano onde a vida social se individualiza, onde a política se territorializa. É no lugar que as coisas acontecem. O lugar é a referência pragmática ao mundo, do qual vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas. A partir destes condicionamentos, o lugar emerge como a ordem local.

Por outro lado, a ordem global busca impor a todos os lugares, uma única racionalidade: da acumulação, do consumo, da mais-valia, da dominação, do progresso, etc., enfatiza Santos (1996). A ordem e normas globais atingem os lugares reorganizando a vida de relações a partir de parâmetros sem referência com o meio local. Perante a este contexto, há lugares ameaçados de standardização, de perda de substância social e identitária.

No processo de globalização, o lugar ganha novo conteúdo, produz-se uma hierarquia diferencial dos lugares que aparece sob a forma de uma competição entre os lugares pelo investimento. A diferenciação entre os lugares aparece como produto da especialização e da divisão territorial e social do trabalho onde as parcelas particulares participam de modo diferenciado da reprodução do sistema (CARLOS, 1996 p. 50). No capitalismo globalizado contemporâneo, esse processo de diferenciação espacial dá-se em função do meio-técnico-científico-informacional que se geografiza de forma diferenciada no território, como diz o geógrafo Milton Santos (1996).

Dentro da discussão do lugar em tempos de globalização do capitalismo, a geógrafa Carlos (1996) procura definir o lugar a partir das densidades técnica, informacional, comunicativa e normativa.

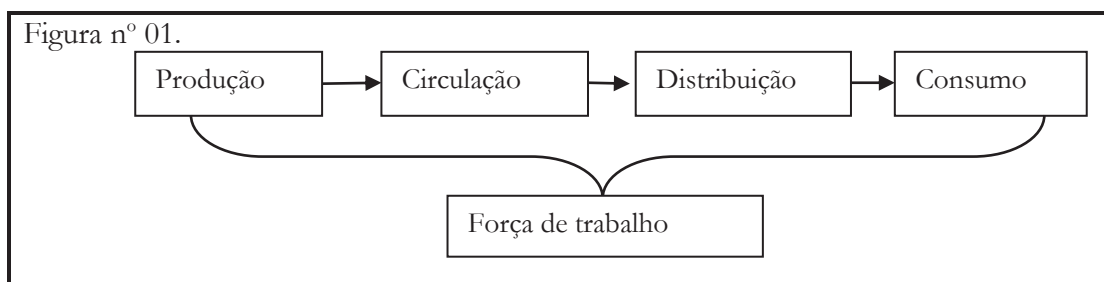
[...] lugar poderia ser definido a partir da densidade técnica (que tipo de técnica está presente na configuração atual do território), a densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido), a ideia da densidade comunicacional (as pessoas interagindo) e, também, em função de uma densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório) a esta definição seria preciso acrescentar a dimensão do tempo em cada lugar que poderia ser visto através do evento no presente e no passado. (Carlos, 1996, p. 20)

Esta concepção de lugar incorpora a dimensão técnica, com ênfase na técnica da informação. E aponta que a técnica desempenha funcionalmente normas na definição de cada lugar. Por último, a autora destaca a quinta dimensão que é a do tempo, que se evidencia no passado e no presente. Esta quinta dimensão pressupõe que os fatos e fenômenos estão interligados a leis locais e universais na formação do lugar e variam de acordo com as circunstâncias históricas. O local revela a especificidade da produção espacial global através da divisão territorial do trabalho. Esta divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia territorial que se manifesta na desigualdade social e espacial.

Lipietz (1988) reforça a substância a este raciocínio, quando relata que o desenvolvimento desigual geográfico é fruto da articulação entre o modo de produção capitalista (dominantes) e os diferentes modos de produção, surgindo daí “espaços” ou “regiões” dominantes e dominadas. O condicionante responsável por essa desigualdade é a divisão internacional e inter-regional do trabalho. Estabelecida diferentemente, e que, ao mesmo tempo, se baseia numa polarização do tipo centro-perifera do espaço inter e internacional, que dinamiza o circuito de mercadorias.

Isto implica uma hierarquização do espaço a partir da divisão territorial do trabalho. A região ou o espaço local se caracterizam pelos níveis de especialização da força de trabalho. A desigualdade advém da divisão internacional e inter-regional do trabalho baseado numa polarização do tipo centro-periferia. É o caso do Sudeste e Centro-Sul e o Nordeste e a Região Norte brasileiro. Partindo deste pressuposto, verifica-se que região, espaço regional e local são formados pelos níveis de especialidades da força de trabalho. Tais níveis, localizados no espaço de forma desigual, dão origem, segundo Lipietz, a um sistema desequilibrado que geram conflitos e crises, principalmente crises regionais desencadeadas pela luta por espaços. Esta contradição se geografiza nas várias escalas espaciais local, regional, nacional e internacionalmente.

Esta lógica do capitalismo territorializar-se de forma desigual e contraditória no espaço, criando um espaço centro-periferia, e efetiva-se atrelada com a lógica produção/circulação/distribuição/consumo, mediada pela força de trabalho, como demonstra a figura nº 01 a seguir. Essa lógica na prática se estabelece em um primeiro momento de forma localizada no espaço (momento da produção). É neste momento que a lógica de reprodução capitalista se materializa em um ponto estratégico do espaço geográfico.



Isto significa dizer que primeiramente, é necessário que a produção aconteça em um determinado local do espaço, de preferência no espaço urbano, em se tratando de economia urbano-industrial. A primeira lógica de reprodução da sociedade capitalista é a produção, depois há necessidade da circulação, distribuição e do consumo das mercadorias produzidas. Estas por sua vez, quanto mais acessíveis no espaço e mais consumidas em menor tempo, mais oxigênio terá a sociedade capitalista para se reproduzir. A lógica da produção é que remete a necessidade da produção realizada de forma localizada.

Apesar da necessidade de expansão e do processo de territorialização do capital na arena global, a produção e fabricação de mercadorias efetivadas de forma localizada cria condições favoráveis para a reprodução da sociedade capitalista. Este fato, condiciona aos agentes econômicos a implementar a atividade econômica, e industrial e comercial de forma localizada no espaço. A concentração geográfica da produção industrial permite maior eficiência na troca de informações entre as empresas e garante o desenvolvimento de polos tecnológicos e de cooperação tecnológica e de organização política.

A ciência foi convidada para contribuir na engenharia espacial logística da produção/circulação/distribuição/consumo, mediada pela força de trabalho para a reprodução do modo de produção capitalista. O economista alemão Johnn Heinrich von Thünen (1773-1850) foi um dos primeiros teóricos a esboçar uma teoria sobre a análise locacional da Escola Alemã com o modelo de localização agrícola em sua obra *Estado Isolado e a Agricultura Nacional* de 1826. Ele propôs um modelo de localização das atividades econômicas apoiadas em 3 círculos concêntricos: primeiro hortifrutigranjeiro; segundo agricultura e terceiro criação animais e pecuária (Bezzi, 1996).

Alfred Marshall (1842-1927) criou o conceito de distrito industrial baseado em um padrão de organização espacial. Os distritos industriais foram desenvolvidos no final do século XIX na Grã-Bretanha, em que as empresas se concentraram na fabricação de determinados produtos e foram agrupadas geograficamente, (Marshall, 1997). As empresas tendem a se concentrar em uma única função na cadeia de produção. As principais vantagens do modelo marshalliano dos distritos industriais resultam de simples proximidade das empresas, o que facilita a contratação de mão de obra qualificada e de intercâmbio rápido de informações técnicas e comerciais por meio de canais informais. Para a época de Marshall, a proximidade dos fatores de produção era fundamental para os empresários, pois, as condições de logísticas e de transporte eram precárias. Na localização da indústria, o ideal é que ficasse próximo as jazidas de carvão mineral, da matéria prima e da oferta de mão de obra. .

Marshall destaca a importância da presença na localidade de uma demanda de elevado poder aquisitivo e alto padrão de consumo e atrair trabalhadores especializados para o desenvolvimento localizado, (Silva, 2004). Na verdade, ele queria formar um centro de consumo, padrão de qualidade e criar um terreno fértil para o crescimento econômico. Este centro de consumo receberia o nome de distrito industrial. Na reflexão marshalliana, o distrito industrial tem conotação setorial, mas não significa que o distrito seja homogêneo. O distrito compreende ampla gama de indústrias ao redor da indústria

dominante. Marshall introduz a noção de “atmosfera industrial” para designar a formação e acumulação de competências no âmbito do distrito industrial, propondo assim a presença de um processo cultural, essencial para o desenvolvimento industrial, inscrevendo-se no funcionamento do mercado local.

Braga (2008) e Ribeiro (1982) relatam que Alfred Weber (1869-1958) procura explicar a localização ótima da indústria baseado nos seguintes pressupostos: a) um país único com clima e técnica homogênea; b) concorrência perfeita (concorrência mínima; c) os lugares e o tipo de abastecimento de matérias-primas e mercado são conhecidos; d) uma única empresa que produz um só produto; e) os custos de transporte variam em função do peso e da distância ao mercado; f) mobilidade do fator trabalho e oferta ilimitada. Braga (2008) assegura que esse raciocínio constrói um triângulo locacional com vértices na distribuição das fontes de matéria-prima, posição das vias de acesso aos mercados. Assim, a ideia central é encontrar o ponto de equilíbrio, ou seja, buscar o menor custo de produção, considerando três etapas: 1) determinação do custo mínimo de transporte; 2) considerar os impactos dos custos do trabalho e 3) as forças de aglomeração. As forças de aglomeração ocorrem entorno de um centro urbano que puxa a atividade industrial para essa centralidade.

François Perroux um destacado economista e professor francês esboçou a teoria dos polos de crescimento e teoria de desenvolvimento pelo processo de polarização. A identificação de polos de crescimento para Perroux é demonstrar que a expansão econômica não se dá de maneira equilibrada e homogênea no espaço. Portanto, o crescimento manifesta-se em pontos ou em polos de crescimento e com intensidade variada no espaço. Polo de crescimento é o local, onde situa a empresa motriz, que pode induzir expansão ou não das atividades econômicas, aquela que apresenta taxas de crescimento do produto mais elevadas do que a taxa média do produto nacional. Segundo Souza (2005), a indústria motriz é a líder do complexo de atividades, formando o polo industrial e apresenta as seguintes características: cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; possui inúmeras ligações locais de insumo-produto, através das compras e vendas de insumos (elementos necessários para a produção de um determinado produto ou serviço); apresenta-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e de estrutura oligopolista; possui grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos e, portanto, a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; produz geralmente para o mercado nacional e, mesmo, para o mercado externo.

Para Perroux, uma indústria motriz pode alterar o desenvolvimento local e regional com a inovação tecnológica. Para ele, as especificidades regionais determinam desigualdades no crescimento econômico espacialmente localizado. O surgimento de uma indústria motriz altera todo o quadro de referências anterior, pois, a tendência a inserir inovações técnicas no processo produtivo tem um efeito instabilizador, na medida em que suscita um acréscimo de produtividade, (Bezzi, 1996, 220).

Nas palavras de Souza (2005), o polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos *complexos industriais*, que são liderados pelas *indústrias motrizes*. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de

insumo-produto, resultante de políticas de investimento e de planejamento regional e local. Na verdade, a noção de crescimento polarizado dominou o planejamento regional em vários países; para não enfraquecer os efeitos de encadeamento, com a pulverização dos investimentos em todo o território nacional. Esta política de planejamento consiste em concentrar os investimentos em pontos específicos estrategicamente distribuídos no espaço. No Brasil, os investimentos do Plano de Metas foram concentrados em torno das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, para o aproveitamento das economias externas existentes nessas áreas urbanas.

No final do século XX, a ideia de desenvolvimento local e as políticas de planejamento regional foram convencionadas de tecnopolos. Benko (1999) salienta que o termo tecnopolo aparece regularmente na literatura no final dos 1970, que colocou o desenvolvimento local na ordem do dia. Pode ser interpretado como um centro marcado pelas atividades industriais de alta tecnologia. A expressão polo lembra aquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento polarizado dos anos 1950-1960, com os polos de crescimento e de desenvolvimento (as ideias de Perroux). Depois desse período de forte crescimento, com a globalização dos mercados, este contexto econômico mudou. O desenvolvimento polarizado caiu em desuso, o desenvolvimento local o substituiu.

Os tecnopolos se apresentam como uma teoria do desenvolvimento regional e como um novo paradigma do desenvolvimento a partir de novas estratégias de mobilização endógena. Para Benko (1999), trata-se de uma nova roupagem, mas é uma ideia antiga que foi o polo de crescimento ou de desenvolvimento. No final do século XX, esses termos assumiram os nomes de tecnopolo, onde uma nova [empresa](#) que nasce a partir de um grupo de pesquisa de uma empresa, [universidade](#) ou centro de pesquisa público ou privado, normalmente com o objetivo de explorar um novo produto ou serviço de [alta tecnologia](#). É comum que as empresas se estabeleçam em [incubadoras](#) ou áreas de concentração de empresas de alta tecnologia. Nesse processo, pode haver transferência de tecnologia para outras empresas, inclusive, do Estado para o setor privado. É planejado de forma articulada com a iniciativa privada e pública (como institutos, centros de pesquisa, empresas e universidades), sendo, portanto, uma característica do Estado Neoliberal.

O conceito de desenvolvimento local mais atual é o de *cluster* industrial. O *cluster* é uma concentração de [empresas](#) que se comunicam por possuírem características semelhantes e que coabitam no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, se tornam mais eficientes. Este conceito foi popularizado pelo economista Michael Eugene Porter nos anos [1990](#), no seu livro *Competitive Advantages of Nations* (As vantagens competitivas das nações). Nesta obra, o autor aborda sobre o conceito [clássico](#) de [vantagens comparativas](#), de [David Ricardo](#), Porter amplia sua análise, aplicando a mesma lógica das corporações às nações. Suas obras de (1989) e (1991) publicadas na UFRJ e a de (1980) publicada em Nova Iorque, fazem as apologias às vantagens comparativas e estratégias competitivas, coisas para o capital, só para o capital.



No mundo existem diversos *clusters* industriais ligados a setores como do automóvel, das [tecnologias](#) da informação, do [turismo](#), da indústria audiovisual, do transporte, da logística, da agricultura ou pesca, entre outros. Os conceitos de distritos e sistemas industriais e de sistemas produtivos locais equivalem ao conceito de *clusters*, assim como conceito de cadeia produtiva que está vinculada ao de *clusters* e agrupamentos territoriais de agentes econômicos que desenvolvem atividades similares de forma localizada. A noção de arranjo produtivo local, cadeia produtiva, distrito industrial e redes de empresas caracterizam um ambiente inovador, afirma Silva (2004).

A justificativa de Porter é que as indústrias competitivas de um país não se espalham de maneira uniforme por toda a economia, mas elas precisam atuar ligadas em agrupamentos. Desse modo, os países não obtêm êxito competitivo em indústrias isoladas, e sim em agrupamentos de indústrias ligadas por relações verticais (comprador/fornecedor) e horizontais (cliente, tecnologia, canais comum, alianças estratégicas). Com a competitividade, tende ocorrer “agrupamentos” regionais da rede de empresas e serviços situados em um país, os quais, Porter denomina de *clusters*. Para ele, esses agrupamentos econômicos que efetivamente competem em nível internacional determinam a vantagem competitiva das nações (Silva, 2004, p. 71). Em outras palavras, pode-se dizer que o receituário de Porter, diz respeito única e exclusivamente ao capital.

Autores como Silva (2004) e Aktouf (2002) fazem uma leitura muito lúcida e crítica sobre os pressupostos teóricos de Michael Porter. Para estes autores, a abordagem de Porter reverte-se de um caráter ideológico típico do neoliberalismo econômico, reforçando as desigualdades regionais em níveis internacionais e a relação dominação-dependência no circuito mundializado de reprodução e acumulação do capital. Sua teoria de desenvolvimento regional e local pressupõe [...] “transformar os Estados em comitês de gestão de interesses financeiros transnacionais e as nações em espaços voltados à competição entre gigantes do *business*?” (Silva, 2004, p.164). Faz do planeta um vasto campo de batalha pela infinita competitividade, sob a única obrigação de maximização de lucros e dividendos de firmas colocadas como a finalidade histórica das nações. Porter simplesmente conduz a submeter à macroeconomia a uma dependência da microeconomia e às políticas nacionais das decisões empresariais, afirma Aktouf (2002, p. 02).

No mundo da agricultura comercial e do agronegócio, atualmente, destaca-se os *clusters* agroindustriais ou *agrclusters* de aves e suínos e de produção de grãos. No Brasil, grandes agroindústrias processadoras se instalaram e fizeram crescer junto a elas um aglomerado de empresas que se coordenam para atender as principais necessidades dos agentes inseridos nas cadeias avícolas e suinícola. No *agrcluster*, competição e cooperação são dois lados da mesma moeda da competitividade. O *agrcluster* tem como clientes, universidades e institutos de pesquisa, fornecedores de P&D, indústria fornecedora de insumos, empresas para capacitação de mão de obra, associações de produtores e entidades de apoio, prestadores de serviços, indústria de insumos e equipamentos especializados.

A formação dos *agriclusters* é uma tendência atual para o fortalecimento do agronegócio brasileiro, num movimento que vai ao encontro das exigências impostas pela globalização das economias mundiais. No Brasil, o agronegócio tem representado a interiorização do desenvolvimento econômico pela iniciativa privada com apoio do Estado, com as indústrias sendo atraídas pelos locais de produção de matérias primas para aperfeiçoar seus custos. No Centro-Oeste e Centro-Sul, a pujança econômica de várias regiões vêm da produção, beneficiamento e exportação de soja, algodão, arroz, carne bovina, suína e de frango, além de alguns produtos dirigidos ao mercado interno, como milho. No município de Formoso do Araguaia, esse processo esta tomando forma.

A atividade econômica do agronegócio tem uma concentração de renda elevada o que caracteriza um setor da economia excludente socialmente e amplia os conflitos sociais no espaço agrário. O modelo de desenvolvimento local (localizado), seja o baseado na economia urbano-industrial, seja o baseado no agronegócio (*agriclusters*), é uma construção conceitual dos teóricos comprometidos com a reprodução social eterna da classe social capitalista juntamente com o Estado burguês. A mecânica e a lógica do modo de produção capitalista basicamente são representadas pelo mecanismo produção/circulação/distribuição/consumo em que leva-o a perpetuar na história contemporânea. A partir desta lógica que faz parte da natureza do modo de produção capitalista, é que os agentes econômicos e a classe burguesa procuram elaborar, organizar e administrar as políticas de investimento e de planejamento regional e local. Este procedimento racional burguês cria as condições favoráveis para a reprodução da sociedade capitalista em todos os quadrantes do planeta Terra.

### **Materiais e métodos**

Os procedimentos metodológicos foram organizados e desenvolvidos a partir de uma análise teórico-crítica sobre os desdobramentos sociais do modelo de produção capitalista no espaço local e regional. A discussão teórico-metodológica procede de duas formas: um debate teórico a partir da interpretação do referencial bibliográfico utilizado e trabalhado e; das experiências teóricas e empíricas durante as pesquisas do pós-doutorado. O texto é resultado também das experiências nos trabalhos de pesquisas de campo durante o pós-doutorado e pesquisa bibliográfica e empírica da disciplina de Geografia Regional (graduação) e Fronteira, Espaço e Planejamento Regional no Mestrado em Geografia - Campus Porto Nacional-TO.

A abordagem dialética orientou os procedimentos metodológicos da pesquisa, cuja análise valeu-se de aspectos materiais e sociais, partindo da premissa que a realidade só é compreendida em direção à totalidade. Após o levantamento bibliográfico, procedeu-se a compilação, organização das ideias e interpretação dos dados e informações teóricas e empíricas disponíveis na literatura adotada e nas pesquisas de campo. A partir dos procedimentos teórico-metodológicos qualitativos, chegou-se aos resultados que viabilizaram a redação do artigo.

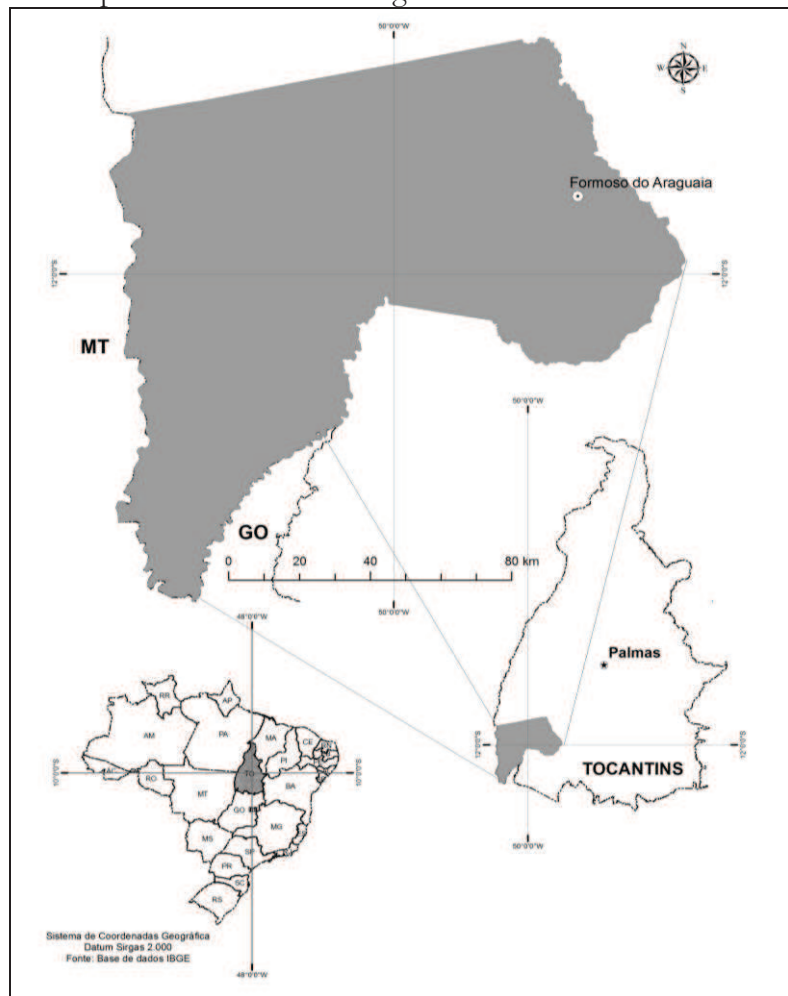
O artigo procura levantar uma análise sobre desenvolvimento local a partir da atividade econômica do agronegócio no município de Formoso do Araguaia-TO. O debate teórico sobre

desenvolvimento local vem cada vez mais ocupando espaço na discussão teórica nas academias e instituições de pesquisas nas ciências humanas.

### Projeto Rio Formoso: desdobramentos e contradições sociais

O rio que foi denominado de Formoso em virtude de suas belezas naturais, esta localizado no município de Formoso do Araguaia na região Sudeste do Tocantins, como demonstra o mapa nº 01 a seguir. Na região, há os habitantes indígenas da tribo Javaé. Em 1963, o município teve a sua emancipação com o nome de Formoso do Araguaia, desmembrando-se de Cristalândia e instalado em 1964. A distância do município da capital do estado de Tocantins é aproximadamente de 223,2 km.

Mapa nº 01. Município de Formoso do Araguaia-Tocantins-BR.



Fonte: Seplan – TO-2012. Organizado pelo autor.

Segundo Rodrigues & Cabral (2013), na região do município de Formoso do Araguaia, os incipientes surtos de mineração que haviam se tornados mais frequentes a partir da segunda metade do século XX, não foram atividades que trouxe grandes benefícios sociais e econômicos para a população local, capazes de dinamizar a economia regional. Os projetos agropecuários desenvolvidos ao longo da chamada “Marcha para o Oeste” nas décadas de 1930 e durante o regime militar, foram marcados na região do médio Araguaia como projetos de baixa produtividade agrícola, em que se destacava a

predominância da pecuária realizada de forma extensiva. Para oxigenar a economia da região do médio Araguaia, especialmente junto ao município de Formoso do Araguaia, o governo do estado de Goiás decidiu implantar no ano de 1979 o Projeto Rio Formoso de agricultura irrigada, que marcou o processo de expansão da fronteira agrária capitalista na região.

Tradicionalmente, as políticas territoriais são entendidas no âmbito restrito dos planos regionais e locais de desenvolvimento, enquanto atividade planejadora de Estado voltada ao enfoque regional e local. As políticas territoriais também são entendidas como um procedimento de desenvolvimento regional ou local. É através das políticas de territoriais de desenvolvimento, que o Estado planeja o desenvolvimento regional e local em um determinado espaço. É, sobretudo, no século XX que o Estado brasileiro procura delinear políticas de desenvolvimento territorial na Amazônia com o objetivo de integrá-la ao contexto nacional. O interesse do Estado brasileiro em ocupar econômica e demograficamente a região amazônica, existe desde os períodos coloniais, mas no século XX, esse interesse se intensifica de forma mais racional e explícita, inclusive pelo capital estrangeiro. A implantação de projetos agropecuários na Região Norte é ampliada com a política territorial de Marcha para o Oeste a partir de 1930.

Em 1912, houve já a preocupação governamental com a região quando criou a Superintendência de Defesa da Borracha para proteger os preços do produto frente à concorrência estrangeira. A intenção do governo federal em estabelecer políticas de desenvolvimento por volta de 1912, deu-se a partir o Decreto Federal nº. 2.543, de 05 de Janeiro de 1912: de Proteção e Amparo da Borracha Amazônica. Neste decreto, a intenção do governo federal foi planejar e intervir no processo de desenvolvimento regional da região amazônica. O artigo 1º tem a intenção de isentar impostos de importação e o artigo 3º estabelece um ponto convenientemente escolhido para instalação de estações de experimentação e de demonstração para a cultura da seringueira na região.

Em 1942, a Superintendência de Defesa da Borracha foi transformada no Banco de Crédito da Borracha e, em 1950, este passou a ser o Banco de Crédito da Amazônia. A estratégia implementada durante a Segunda Guerra Mundial, com a criação do Banco de Crédito da Borracha (criado em 1942), foi uma tentativa de se constituir mecanismos que pudessem servir como instrumentos capazes de soerguer a economia exportadora local, vinculada, diretamente, aos interesses do governo ianque, pelo fornecimento de matérias-primas para a sua indústria. Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, um novo cenário configurou-se na Amazônia, com a retomada da extração gomífera com o advento do “Acordos de Washington”, em 1942, (Oliveira, *et al*, 2014). Em 1953, é criado a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) por Getulio Vargas. Juntamente com a criação desta superintendência criou-se também a Amazônia Legal.

A partir dessas medidas governamentais a região passa ter atuação direta do Estado através da SPVEA. Em 1966, no governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, a SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A ação do Estado para modernizar a

agricultura teve como respaldo não só o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, mas também o apoio de órgãos como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o Banco do Brasil que introduziram a técnica e a ciência no campo e ampliou a expansão do capitalismo no campo brasileiro, por intermédio da modernização agrícola.

Programas especiais de desenvolvimento e de fomento agrário implantado a partir de 1970, desempenharam papel decisivo no processo de acumulação do capital agroindustrial no campo tais como o Polonoroeste, Polocentro, Prodecer, Polamazônia, etc. Tais programas foram fundamentais para oxigenar os empreendimentos econômicos agrários na região através de implantação de obras de infraestrutura, armazenagem, estradas e aplicação da pesquisa científica na agropecuária em grande escala, no cerrado para elevar a produtividade, dentro de uma lógica socialmente excludente. Acoplado aos investimentos em infraestrutura, há os investimentos em tecnologia e em ciência nas áreas da biogenética, a biotecnologia e na ciência da computação e, sobretudo, o uso do satélite.

A atuação destes programas de desenvolvimento regional na Amazônia abre espaço para instalação de projetos agropecuários na região. A partir deste contexto, há viabilidade e interesse do governo de Goiás de implantar o Projeto Rio Formoso. O Projeto Rio Formoso está localizado no sudoeste do estado do Tocantins no município de Formoso do Araguaia. A região tem recursos hídricos em abundância (rio Formoso e rio Araguaia) o que permite a atividade econômica agrícola a partir do processo de irrigação por inundação. Com a presença da bacia hidrográfica e dos solos hidromórficos das várzeas na região, foi construído um sistema de agricultura irrigada por inundação, destinado à produção de grãos principalmente arroz e soja. A implantação do projeto foi justificada em virtude da baixa produtividade agrícola existente na região do médio Araguaia marcada pela predominância da pecuária extensiva.

Para oxigenar a economia da região do médio Araguaia, o governo do estado de Goiás decidiu implantar no ano de 1979, o Projeto Rio Formoso de agricultura irrigada, que marcou o processo de expansão da fronteira agrária capitalista na região, afirma Rodrigues & Cabral (2013). É um projeto de natureza capitalista que destina beneficiar os latifundiários e pelo fato de sua existência, é de acreditar, que foi mais um obstáculo ao desencadeamento das políticas de Reforma Agrária na região. É um empreendimento recheado de estranhezas e suspeitas de atos fraudulentos que beneficiou diretamente um grupo de pessoas ligado ao governo de Goiás. Segundo Rodrigues & Cabral (2013), nos anos de 1960, o Instituto Agrário de Desenvolvimento de Goiás (IDAGO), realizou as primeiras medições fundiárias na região do médio Araguaia, quando constatou a possibilidade de grileiros atuarem na região, através de registros ilegais.

Segundo Rodrigues & Cabral (2013), o governo do estado de Goiás foi responsável pela elaboração do estudo técnico e implantação do projeto, que posteriormente, foi transferido para a iniciativa privada. Entretanto, esta deveria remunerar o Estado brasileiro pelos gastos efetuados, mas isso

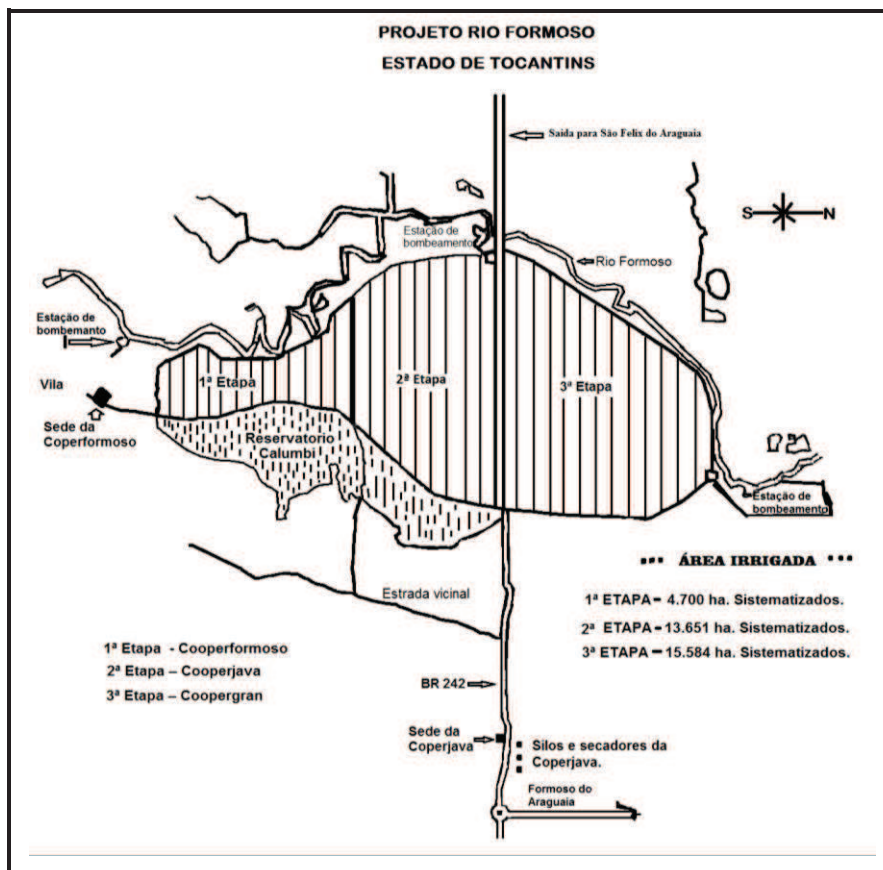
não ocorreu. Além de excluir os moradores locais de qualquer participação no projeto, o governo de Goiás enquadrou as terras desapropriadas em áreas pertencentes a proprietários particulares e não em terras devolutas da União. A não participação de posseiros e das populações indígenas em qualquer etapa da implantação do projeto, o seu caráter social cai por terra, pelo fato de não contemplar a participação de camponeses e indígenas, que já residiam na região.

Para Barbosa (1996), no Projeto Rio Formoso houve transferência de dinheiro público para a iniciativa privada, sem retorno ao erário público em função da União absorver as dívidas do novo estado do Tocantins criado pela Constituição de 1988. Foi uma relação paternalista e clientelística. Partes dos recursos públicos foram contraídas em forma de empréstimo pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES. O BNDES financiou a segunda e terceira etapa do projeto. Para implantação do projeto, o governo desapropriou uma área e criou três cooperativas: Coopergran, Cooperformoso e Cooperjava. A figura nº 01 a seguir demonstra o Projeto Rio Formoso em Formoso do Araguaia-TO.

As terras foram desapropriadas de proprietários particulares, o que não enquadrou em terras devolutas da União e foram repassadas as cooperativas, na forma de arrendamento. Segundo Barbosa (1996), as cooperativas tiveram a renda da terra sem imobilizar capital. O projeto beneficiou diretamente empresários, amigos e parentes do governador Ary Valadão. Na Cooperjava, a presença amigos e parentes do governador é visível. Segundo o referido autor, o BNDES exigiu para a realização do empréstimo, um projeto que inserisse também um programa de assentamento de cunho social. O governo de Goiás não cumpriu com a exigência. Os desapropriados não foram incorporados ao projeto. O projeto excluiu até mesmo os capitalistas da região. Por exemplo, na Cooperformoso (Cooperativa Mista/Rural Lagoa Grande Ltda.) teve início com 24 cooperados, apenas um não era gaúcho.

As cooperativas não desenvolveram a pecuária na área seca do projeto e os posseiros desprovidos de terra, ao tomarem conhecimento da existência da terra “não-aproveitada”, resolveram ocupar parte da área seca da Cooperjava e da Coopergran. A partir desse momento, começaram as violências com a polícia e a Justiça local a favor das cooperativas. A Cooperjava colocou até guarita em todas as estradas de acesso ao projeto, dificultando inclusive a locomoção nas áreas adjacentes. Nas guaritas tinha pistoleiros armados por conta das cooperativas, afirma Barbosa (1996).

Figura nº 01. Projeto Rio Formoso no município de Formoso do Araguaia-TO



Fonte: Barbosa (1996). Desenho Paulo Henrique de Castro. Organizado pelo autor.

Segundo Barbosa (1996, p. 105), a diretoria da Cooperformoso fez empréstimos no Banco do Brasil e repassava partes do dinheiro aos cooperados e outra parte era desviada. Alguns cooperados ficaram ricos, com as dívidas da cooperativa. A maioria deles investiu os financiamentos adquiridos por meio da cooperativa em outros bens. A Cooperformoso é típica de um modelo de capitalismo que é corriqueiro no Brasil, aquele que a empresa é pobre, enquanto seus donos são ricos.

No projeto Rio Formoso, durante a colheita as bombas puxam a água inundada para viabilizar o trabalho das máquinas colheitadeiras. A foto nº 01 demonstra uma bomba coletora de água no rio Formoso. As colheitadeiras têm uma esteira de ferro de cada lado nas rodas dianteiras para não atolar no terreno encharcado de água, conforme demonstra a foto nº 02 a seguir. O arroz é colhido só pelos cachos para facilitar o trabalho. A foto nº 03, demonstra uma colheitadeira colocando arroz no caminhão. Pelas fotos 02 e 03 percebe-se o grau do processo de trabalho mecanizado no projeto.

Foto nº 01. Bombas para coletar água para irrigação no Projeto Rio Formoso –TO



Fonte: Santos (2013).

Foto nº 02. Colheitadeira de arroz em Formoso do Araguaia-TO na produção irrigada.



Fonte: Santos (2013).

Foto nº 03. Colheitadeira colocando arroz no caminhão no Projeto Rio Formoso - TO.



Fonte: Santos (2013).

Para efeito de inundação ou para retirar a água inundada para facilitar o trabalho da colheita, os produtores usam bombas para fazer este trabalho. Este procedimento caracteriza o processo de trabalho mecanizado na produção. Durante o tempo de chuvas planta o arroz e a partir de abril ou maio faz-se o plantio da soja e milho. No período do vazio sanitário da soja que é de 1º julho e 30 de setembro e, do algodão que é de 20 de setembro a 20 de novembro, não pode haver o plantio destes cultivares.

A empresa Verdes Campos no município planta soja para grãos e sementes. É uma empresa vinculada a Cooperjava. Segundo o representante da empresa em entrevista em março de 2013, a Verdes Campos paga cerca de 450 mil reais por ano para a Monsanto. A Monsanto cobra de cada 40 kg vendidos, 9,6 kg de soja. Esta cobrança se dá pelo fato da empresa Monsanto fornecer a semente melhorada geneticamente às empresas que cultivam as suas sementes melhoradas geneticamente. Através da aplicação do conhecimento técnico-científico as empresas que atuam no agronegócio podem buscar a mais-valia de forma mais ampla, como é caso da multinacional Monsanto que tem seus produtos comercializados em Formoso do Araguaia.

A partir da criação e implantação do Projeto Rio Formoso na localidade de Formoso do Araguaia-TO juntamente com as cooperativas, cria-se toda uma expectativa de prosperidade e progresso e desenvolvimento local e regional na área de abrangência do projeto. Espera-se que a economia local oxigene-se com o crescimento do PIB municipal e regional, com a oferta de mais empregos e dinamização



de todo o comércio e, sobretudo, elevação dos indicadores sociais locais. A ideia dos organizadores e executores do projeto é que todo esse processo desencadeia e estimule a instalação de grandes empresas na localidade de atuação do projeto. Desta forma, o desenvolvimento local e regional é oxigenado e dinamizado a partir de vetores externo a localidade. Como diz o geógrafo Milton Santos, no mundo do capitalismo global, os atores externos cada vez mais têm presença nos lugares atuando com suas estranhezas nas localidades.

Em outras palavras, é um desenvolvimento local a partir de vetores externos que apropriam dos recursos naturais das localidades e dinamiza a economia local e regional. Neste processo, os agentes econômicos não da localidade ou externos tomam posse do processo industrial e comercial dos recursos naturais. De forma que a administração e manutenção dos recursos naturais locais e os frutos destes recursos, tornam-se, objeto de domínio político econômico dos agentes econômicos externos, juntamente com a classe burguesa local. Isto é, o desenvolvimento local é vinculado ao modo de produção capitalista que é contraditório e, em sua reprodução constrói uma sociedade de classes com concentração de renda em uma lógica socialmente excludente.

## **REFLEXÕES FINAIS**

O que se observa é que as políticas territoriais e os programas de desenvolvimento local regional têm construído e reproduzido um espaço social de classes e legitimado as desigualdades sociais. Um país rico como o Brasil, a redução da pobreza e das desigualdades sociais torna-se uma questão de planejamento e de vontade política. Os 36 bilhões de reais que o governo federal investiu na Copa de 2014, poderiam ser revertidos para a educação e a reforma agrária. Os bilhões de reais que o BNDES investe no agronegócio, enriquecendo a burguesia nacional do agronegócio e as multinacionais, com a finalidade única de formar uma agropecuária para a exportação de commodities, parte destes recursos poderiam ser direcionados para o abastecimento interno e para a pequena produção. Os milhões de toneladas de rações, milho e comida deveriam abastecer o sertão nordestino. Nos últimos anos, com a seca, milhares de criações (bovinos, caprinos e muares) morrem, inclusive, morrem pessoas ainda no Brasil em consequência da fome e da subnutrição. No Tocantins, em época de seca, já foi constatado a morte de animais como bovinos.

O agronegócio que é uma atividade econômica altamente concentradora de renda e socialmente excludente, não é novidade para ninguém que trará riquezas apenas para a burguesia a ela associada, por isso, não socializa a renda, de forma desejável para as localidades, onde essa atividade atua. Sabe-se também que o uso e apropriação da terra no Brasil, estão concentrados nas mãos da burguesia nacional do agronegócio e o controle da produção, comercialização e distribuição dos bens no setor agropecuário é organizado pelas multinacionais que não são várias, pelo contrário, são algumas, tais como Monsanto,

Bunge, ADM, Cargil e Syngenta. Estas empresas desterritorializam os atores locais e regionais e, desintegram o preexistente. Criam-se também impactos ambientais sérios onde atuam.

A gestão do controle da produção, comercialização e distribuição dos bens produzidos em uma determinada localidade, é possível também, via condução dos trabalhadores e atores locais no processo de produção e desenvolvimento regional e local. Esse é o caso da autogestão. Segundo Viana (2014), a palavra autogestão emerge no bojo do movimento de maio de 1968 na França, quando a rebelião estudantil e a luta operária atingiram grande radicalidade e quase se tornou uma tentativa de revolução proletária. Autogestão, nesse contexto, significava uma nova sociedade em substituição à sociedade capitalista. Infelizmente, esse significado foi deformado com a derrota da luta estudantil e proletária.

Com autogestão, em vez de empresas capitalistas e multinacionais cuidarem da gestão dos recursos naturais hídricos, vegetais e minerais do lugar, seriam os próprios trabalhadores e atores locais que cuidariam da gestão, apropriação e comercialização destes recursos. É uma alternativa possível de se implantar. O que precisa é que os trabalhadores e atores locais se organizam politicamente, para criar uma agenda possível para implantação de uma economia local baseada na autogestão. E o que é mais importante, toda a renda e divisas produzidas localmente, ficariam nas mãos da comunidade local e não seriam remessadas para outras nações, onde situam as sedes das multinacionais.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKTOUF, Osmar. Governança e pensamento estratégico. Uma crítica a Michael Porter. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 43-53. 2002.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira amazônica: projeto Rio Formoso**. Campinas-SP: Papirus. 1996.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec. 1996.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec. 1999.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: UFSM. 2004.

BRAGA, Rhalf Magalhães. Tendências e perspectivas das teorias locacionais no Capitalismo Contemporâneo. **GEOGRAFARES**. n° 6, p. 167-179. 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (1996). **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Morar, Cozinhar**. Petrópolis-RJ: Vozes. 1997.

Decreto n° 2.543-a, de 5 de janeiro de 1912 do governo federal

LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento: geopolítica em crise**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro e Wilson dos Santos. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A. 1990.

LIPIETZ, A. (1988). **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. New York: Amherst, 1 ed. 1997.

MARTINS, Sérgio R. Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **INTERAÇÕES- Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5. 2002.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: Arantes, A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas-SP: Papirus. 2000.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; Trindade, José Raimundo; Fernandes, Danilo Araújo. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230. 2014.

RIBEIRO, José Manuel Felix. Clusters e a políticas de invenção- conceitos e relevância para Portugal. **Economia & Prospectiva**. Lisboa, n. 17, p. 10-129. 2001.

RODRIGUES, Daniel Bartkus & CABRAL, José Pedro Cabrera. O Projeto Rio Formoso e a chegada da reprodução ampliada do capital na Região do Médio Araguaia: 1980-2012. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro; CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Orgs. **Território e diversidade territorial no cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia-GO: Kelps. 2013.

ROSSETI, J. P. **Introdução a Economia**. São Paulo, SP, Atlas. 2003.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. SP: Hucitec. 1996.

SILVA, Jorge Antônio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseado em clusters**. 2004. 354f. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola das Comunicações e artes/USP. 2004.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**. Porto Alegre v. 16 n. 1 p. 87-112. 2005.

VIANA, Nildo. Autogestão e Ideologia. **Marxismo e Autogestão**, Ano 01, Num. 02, jul./dez. 2014